

# D. DUARTE E A SUA ÉPOCA

## Arte, cultura, poder e espiritualidade

COORDENAÇÃO

**Catarina Fernandes Barreira**  
**Miguel Metelo de Seixas**



D. DUARTE E A SUA ÉPOCA:  
ARTE, CULTURA,  
PODER E ESPIRITUALIDADE

Coordenação de  
CATARINA FERNANDES BARREIRA  
MIGUEL METELO DE SEIXAS

IEM - Instituto de Estudos Medievais  
FCSH/Universidade Nova de Lisboa  
CLEGH - Centro Lusíada de Estudos Genealógicos, Heráldicos e Históricos  
Universidade Lusíada de Lisboa

Lisboa

2014

O Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa é financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia

Título	<b>D. Duarte e a sua época: arte, cultura, poder e espiritualidade</b>
Coordenação	Catarina Fernandes Barreira e Miguel Metelo de Seixas
Edição	IEM - Instituto de Estudos Medievais; CLEGH - Centro Lusíada de Estudos Genealógicos, Heráldicos e Históricos
Referência da imagem da capa	Pedra de fecho de abóbada com a empresa do rei D. Duarte, no claustro afonsino do mosteiro de Nossa Senhora da Vitória da Batalha (fotografia de Humberto Nuno de Oliveira)
Colecção	Estudos 6
ISBN	978-989-98749-1-6
Capa e concepção gráfica	Humberto Nuno de Oliveira
Depósito legal	
Impressão e acabamento	Europress – Editores e Distribuidores de Publicações, Lda. Praceta da República, 15 2620-162 Póvoa de Santo Adrião Tel.: +351 218 444 340 / Fax: +351 218 492 061 / E-mail: geral@europress.pt

# Índice Geral

**Agradecimentos** ..... 9

**Prefácio. Regresso feliz a um rei triste**

Luís Miguel Duarte ..... 11

## **PARTE I: Cultura, educação de um monarca e contexto familiar**

**Ombros de gigantes, horizontes renovados. A fase I de uma edição electrónica do Leal Conselheiro**

João Dionísio ..... 21

**Observações sobre o regimento da capela de D. Duarte**

Manuel Pedro Ferreira ..... 33

**D. Duarte e os irmãos: uma educação anglo-normanda?**

Manuela Santos Silva ..... 51

**"Polla Raynha dona lionor mjnha molher que sobre todas amo e preço".**

**D. Duarte e D. Leonor, uma parceria aquém e além túmulo**

Ana Maria S. A. Rodrigues ..... 67

## **PARTE II: Poder e espiritualidade ao tempo do Eloquentemente**

**La imagen de la realeza en Juan II de Castilla y los Avis contemporâneos**

Isabel Beceiro Pita ..... 87

**D. Duarte e o clero regular português do seu tempo**

Saul Gomes ..... 109

<b>D. Duarte e as almas dos defuntos. Bens espirituais, caridade e misericórdia na reconfiguração do poder régio</b>	
Maria de Lurdes Rosa . . . . .	127
<b>D. Duarte: vivência religiosa e “ofício de reinar”</b>	
Margarida Garcez Ventura . . . . .	153
<b>Os bons clérigos e a vida apostólica: os cónegos de Vilar de Frades e a reforma da Igreja no pensamento de D. Duarte</b>	
Isabel Castro Pina . . . . .	165
<b>PARTE III: As artes: retratos e símbolos de um monarca e de uma época</b>	
<b>O Mosteiro de Santa Maria da Vitória e a vocação moralizante das gárgulas do Panteão Duartino</b>	
Catarina Fernandes Barreira . . . . .	185
<b>Um novo olhar sobre o Livro de Horas de D. Duarte</b>	
Ana Lemos: . . . . .	211
<b>D. Duarte e a astrologia na corte de Avis</b>	
Helena Avelar de Carvalho. . . . .	241
<b>Elementos de uma cultura dinástica e visual: os sinais heráldicos e emblemáticos do rei D. Duarte</b>	
Miguel Metelo de Seixas e João Bernardo Galvão-Telles . . . . .	257
<b>Um retrato de D. Duarte na Crónica Geral de Espanha?</b>	
Horácio Peixeiro . . . . .	285
<b>Novos problemas da iconografia de D. Duarte</b>	
Pedro Flor . . . . .	297
<b>Autores . . . . .</b>	<b>305</b>

# O Mosteiro de Sta. Maria da Vitória e a vocação moralizante das gárgulas do Panteão Duartino

Catarina Fernandes Barreira

## Abstract

The Portuguese monument called Batalha's monastery has occupied an important place in Art History especially the unfinished chapels destined to be the Pantheon of the King D. Duarte. There we observe some interesting gargoyles, moral representations as an approach to the late medieval imaginary in the national context, but also common with the thoughts of King D. Duarte. Gargoyles mirrored the daily life of medieval men and women and displayed the confrontation between the religious and the social spheres by criticizing the behaviour of the sinful body, taking on an important educational role amongst audiences. This article aims to understand the moral sense and sexual behaviour that can observe in these gargoyles and its relation with the book *Leal Conselheiro*, written by D. Duarte some decades before.

Apresentam-se neste artigo algumas contribuições no sentido de desenvolver as relações entre as gárgulas do panteão duartino (as ditas *Capelas Imperfeitas*, na Batalha) e o *Leal Conselheiro*. Do ponto de vista temático, as referidas gárgulas apresentam como principais características uma vocação moralizante e exemplar, aspectos que também estão presentes nas reflexões sobre os pecados realizadas por D. Duarte.

## Considerações iniciais

Sta. Maria da Vitória teve um importante significado político e simbólico para a Dinastia de Avis, muito em particular para D. João I. Foi uma edificação cujo impacto artístico marcou o panorama nacional: para além da renovação formal e temática que operou, ao longo de um século e meio, foi um importante alfobre de mesterais<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Conforme Pedro Dias: “Foi comum contratar-se um mestre subalterno da Batalha para ir a qualquer ponto do país levantar uma nova igreja, um claustro (...) também o rei recorria a esse alfobre de técnicos para as suas obras noutros locais (...) Assim, a arte batalhina, as formas que se usavam no estaleiro deste mosteiro dominicano, foi divulgada do Minho ao Algarve.” In DIAS, Pedro - A Arquitectura Gótica Portuguesa p. 120 e 121. Deve consultar-se ainda todo o capítulo relativo à expansão da arquitectura da Batalha (p. 129 a 149)

e um importante foco de atracção de mão-de-obra estrangeira, educada em estaleiros peninsulares, mas também franceses, como as investigações mais recentes de Jean-Marie Guilloët<sup>2</sup>, a propósito do portal da igreja, vieram comprovar. Este historiador da arte confirmou na Batalha a circulação de modelos artísticos internacionais, o que contraria a ideia de Portugal como tendo um estatuto de menoridade e de periferia artística face ao contexto europeu do século XV.

O Mosteiro da Batalha atrai as atenções dos historiadores há mais de cento e cinquenta anos e foi dos primeiros a sofrer um conjunto de intervenções de restauro no século XIX, depois da extinção das ordens religiosas. Pesem embora estas considerações, ainda verificamos que teimam em persistir alguns mitos em torno do edifício, em particular com a datação das Capelas Imperfeitas e continua a faltar um estudo integrado que articule toda a documentação sobre o estaleiro batalhino com as sucessivas campanhas de edificação, numa análise crítica e comparativa em relação às edificações coevas nacionais e internacionais, em simultâneo com a problematização de todas as manifestações artísticas que nele são visíveis (desde os vitrais às gárgulas, passando pelos capitéis, pelas pinturas murais, etc.).

Por outro lado e no âmbito deste nosso artigo, temos as gárgulas que só recentemente têm vindo a atrair as atenções da historiografia artística, quer a nível nacional, quer em contexto internacional e cujo estudo, em alguns casos desarticulado do contexto sócio cultural tardo-medieval nacional e também do próprio edifício, tem originado alguns equívocos e mesmo um certo estatuto de menoridade face a outras manifestações artísticas. Postas estas considerações, que pretendemos desenvolverão longo deste artigo, vamos começar pela edificação do panteão duartino.

### **O levantamento de uma capela-panteão: contributos para a sua datação**

Como dissemos, o impacto artístico operado pelo estaleiro batalhino foi bastante significativo<sup>3</sup> desde a sua fundação, nos finais do século XIV até ao primeiro terço de Quinhentos, mas interessa-nos começar com a coordenação de Huguet<sup>4</sup>, o mestre que sucedeu ao português Afonso Domingues, falecido em torno dos primeiros

<sup>2</sup> GUILLOUËT, Jean-Marie - *Le portail de Santa Maria da Vitória et l'art européen de son temps*. Leiria: Editora Textiverso, 2011

<sup>3</sup> Esta influência do estaleiro revelou-se ao nível das soluções adoptadas, quer a nível estrutural, quer a nível decorativo. Dos edifícios cuja construção sofreu influências da Batalha, quase todos têm gárgulas figurativas: a Colegiada de Guimarães, S. Francisco de Guimarães, as Sés da Guarda, de Silves e de Faro, entre outros. E foi igualmente por causa deste estaleiro que a produção plástica de gárgulas e a sua colocação nos edifícios produziu dois fenómenos: por um lado foi assimilada pelos nossos mestrais, desde o mais erudito, ao mais arcaizante e essa absorção produziu o impulso significativo que a colocação de gárgulas figurativas em edifícios religiosos sofreu do final do século XV para o início do século XVI.

<sup>4</sup> O seu nome constituiu um problema para com os redactores de documentos, sendo citado como “Abguete”, “Huguete”, “Haete” e “Hucett” conforme GOMES, Saül - *Fontes Históricas e Artísticas do Mosteiro da Vila da Batalha (sécs. XIV a XVII)*. Lisboa: Edição do IPPAR, 2002.

anos do século XV. Embora seja comum referir que o mestre português faleceu entre 1401 e 1402, nada o confirma na documentação: a menção a mestre Huguet num documento de 1401<sup>5</sup> não o indica como mestre das obras, mas simplesmente mestre: supõe que já estaria activo no estaleiro, mas sem a responsabilidade da coordenação. A documentação somente atesta que, em 1406, Afonso Domingues já havia morrido pois coube à sua viúva um registo<sup>6</sup> sobre uma casa.

Foi Huguet o mestre responsável pela edificação da Capela Real ou do Fundador, *grosso modo* um quadrado coroado por um octógono, erigido à ilharga da entrada da igreja e destinada a panteão do rei fundador, D. João I e da sua descendência. Este projecto, de transformar um espaço conventual em panteão real, ao que tudo indica nasceu entre a morte da rainha D. Filipa e o regresso de Ceuta, insere-se numa tradição, como o refere Saul Gomes<sup>7</sup> que tinha os seus antecedentes junto da primeira dinastia (nomeadamente nos mosteiros de Sta. Cruz e Alcobça).

D. Duarte devia conhecer bem o estaleiro e a sua evolução: acompanhou a trasladação do corpo de sua mãe do Mosteiro de Odivelas para a Batalha, em Outubro de 1416 e dezassete anos depois conduziu, com o mesmo destino, o cortejo fúnebre do pai numa cerimónia de grande aparato cuja responsabilidade lhe deve ser atribuída. Podemos assim concluir que o rei estava familiarizado com o avanço das empreitadas e com a projecção simbólica da edificação.

Apesar de uma parte da historiografia artística situar tradicionalmente a data do início do panteão duartino sensivelmente em torno de 1434<sup>8</sup>, ou seja, cerca de um ano depois do início do seu reinado, sabemos, através da documentação que não se passou assim. Somente em Abril de 1437, D. Duarte adquiriu o terreno:

*“huum chãao acerca da capela primçipall do dicto Mosteiro que part'em a dicta capela” terreno esse que “aprougue a el Rey e foy sua merçe de o aver e mandar em elle fazer huã capella.”*<sup>10</sup>

O texto não nos dá nenhum indício de que a capela já estaria começada: apresenta a intenção que presidiu à aquisição do terreno e, somente a 21 de Junho do mesmo ano, o rei tomou oficialmente posse do dito chão e de tudo o que nele se encontrava e pertencia<sup>11</sup>. Concluimos então que o lançamento dos alicerces do

<sup>5</sup> GOMES, Saul – Fontes históricas, vol. I, p. 57 e 58

<sup>6</sup> GOMES, Saul – Fontes históricas, vol. I, p. 67

<sup>7</sup> GOMES, Saul – Vésperas batalhinhas, p. 100

<sup>8</sup> SILVA, José Custódio - Mosteiro da Batalha, p. 105 e PEREIRA, Paulo - Enigmas: Lugares mágicos de Portugal, p. 199. Carlos Alberto F. de Almeida refere a data de 1436 in ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de e BARROCA, Mário - História da Arte em Portugal – o Gótico, p. 72

<sup>9</sup> GOMES, Saul - Fontes históricas, p. 204

<sup>10</sup> GOMES, Saul – Fontes históricas, p. 204

<sup>11</sup> “...e mandaram e outorgaram que o dicto senhor (o rei) mande tomar pose da dicta terra per seus contadores ou almoxaryfes e scrivaes ou per quem a elle aprazer. E daqui em deante faça e mande em ella aquello que ssua merçee for como de ssua coussa própria. E em testemunho desto lhe mandaram dar sta carta que foy facta em o dicto logo dia mes Era sobredictas (...) dito senhor rey tomou posse do chão em ella conteúdo, per terra, erva, pedra em elle

panteão de D. Duarte ocorreu algures em meados de 1437.

Podemos destacar algumas semelhanças entre o projecto que Huguet havia esboçado para D. João I – um espaço central destinado a um duplo cenotáfio, rodeado por túmulos parietais – com o espaço do panteão duartino, rodeado por capelas, embora este último tenha uma escala maior que a Capela do Fundador. Outro aspecto a destacar é que em ambos os espaços fúnebres projectados por Huguet está bem patente uma concepção do espaço funerário de forma hierarquizada: o rei e a rainha a meio, rodeados pela sua descendência.

Ao que tudo indica, o espaço central das Capelas Imperfeitas destinar-se-ia ao túmulo conjugal de D. Duarte e D. Leonor (que repousou na capela-mor até ao início do século XX), rodeado por sete capelas, um número que tem sido referido pelo seu simbolismo. Colocamos a hipótese que, à data da concepção do projecto (meados de 1437) deveria corresponder uma capela a cada infante, mas de modo a excluir o sucessor ao trono, D. Afonso V, tal como acontecera a D. Duarte na capela paterna, para um rei não apagar a memória do outro<sup>12</sup>. Lembremo-nos que a infanta D. Joana foi concebida depois do projecto e nasceu depois da morte do pai (1439 – 1475). Queremos no entanto ressaltar que, perdido o testamento de D. Duarte, nada do ponto de vista documental confirma esta nossa hipótese.

Entretanto, quer o rei, quer mestre Huguet<sup>13</sup>, morreram ambos em 1438, ou seja, decorreu cerca de um ano de trabalhos na dita capela, período durante o qual a documentação nada nos diz sobre o estado e/ou avanço do panteão do *Eloquente*. No campo das especulações podemos aventar que as fundações já haviam ficado concluídas e que uma pequena parte das paredes já estaria levantada. Este octógono foi erigido no prolongamento do eixo longitudinal da igreja, o que nos leva a crer que estaria previsto, desde a aquisição do dito chão fronteiro à capela-mor da igreja, a sua ligação à cabeceira da mesma, como primeiramente alvitrou Albrecht Haupt. Para Jorge Estrela e Adriano Monteiro<sup>14</sup> e, mais recentemente, para Nuno Senos<sup>15</sup>, o objectivo era deitar abaixo as “paredes fundeiras absidiolares contíguas à capela-mor”<sup>16</sup> ou rasgar nas mesmas um acesso e não a solução que hoje conhecemos, em que a entrada ao panteão se faz pelo exterior (sem ligação à cabeceira da igreja).

No que concerne à colocação, na zona da cabeceira da igreja, do panteão de D.

---

*achada sendo... posse do dito chão e de todalas couzas que a elle pertencião, e que de como elle tomou a dita posse que assim pedia a mim tabelliam hum stromento que screvi em o dito logo...* GOMES, Saul – Fontes históricas, p. 205

<sup>12</sup> Temos então os infantes D. João (1429 – 1432) falecido antes do desenho do projecto, D. Filipa (1430 – 1439), D. Afonso (1432 – 1481), rei e que por isso foi “excluído”, D. Maria (1432), D. Fernando (1433 – 1470), D. Leonor (1434 – 1467), D. Duarte (1435) e D. Catarina (1436 – 1463).

<sup>13</sup> Huguet aparece na documentação de 9 de Outubro de 1438 como estando sepultado em Santa Maria a Velha in GOMES, Saul - Fontes históricas, p. 225

<sup>14</sup> ESTRELA, Jorge e MONTEIRO, Adriano Luís - As capelas interrompidas, p. 178

<sup>15</sup> SENOS, Nuno – João de Castilho e Miguel de Arruda no Mosteiro da Batalha, p. 18 e 19

<sup>16</sup> Citado por ESTRELA, Jorge e MONTEIRO, Adriano Luís - As capelas interrompidas, p. 178

Duarte, tem referências com a Capela do Condestável, na Catedral de Burgos ou com a Capela de São Tiago, na Catedral de Toledo como sugeriu Virgílio Correia<sup>17</sup> ou com a basílica do Sto. Sepulcro em Jerusalém, como o refere Jean-Marie Guilhouet<sup>18</sup>. No entanto, acreditamos que estes antecedentes ajudam a justificar a opção no ponto de vista de Huguet, enquanto para o rei a escolha tinha uma outra dimensão.

Caso este projecto tivesse sido levado até ao fim, a memória de D. Duarte ficaria bastante enaltecida com a presença estratégica desta edificação: a Capela do Fundador, ainda que colocada à entrada da igreja, tem uma posição algo discreta que não interfere com o culto. Mas D. Duarte estaria sepultado atrás do lugar mais nobre e significativo de toda a igreja, do próprio complexo conventual, um dado que tem passado despercebido quando se analisa a planta do edifício.

Do ponto de vista religioso e político, a colocação do panteão atrás da capela-mor é um gesto simbólico que acompanha a reconfiguração do poder régio sobre o poder religioso. Desde a década de 20 do século XV que existiam tensões graves entre a igreja e a coroa, tensões que partiam da definição e alcance do poder régio em relação à administração de bens que tinham estado até aqui sob a alçada da igreja, como as jurisdições<sup>19</sup>. Luís Miguel Duarte resume deste modo a situação: “quando D. Duarte sobe ao trono, as relações entre o Estado e a Igreja são bastante más.”<sup>20</sup>

Lurdes Rosa, a propósito do seu estudo recentemente editado sobre a instituição de capelas fúnebres na Baixa Idade Média<sup>21</sup> e de como elas apoiaram o processo de afirmação da alma como sujeito de direito, refere dois grandes momentos de crise entre a coroa e o clero português, em que D. Duarte já estava associado ao trono durante o primeiro momento: 1425/7, que culminou com a assinatura de uma concordata em 1427 e 1435/7, uma data cuja coincidência com o desenho e a instituição da capela funerária de D. Duarte não é de negligenciar. Segundo Lurdes Rosa:

*“D. Duarte é o exemplo claro de uma piedade moldada nas tendências a um tempo humanistas e austeras das reformas do século XV, que foram particularmente atentas à orientação espiritual dos grandes senhores temporais. (...) O poder régio é compreendido pelos seus detentores como englobando a salvaguarda das almas dos súbditos, e ele próprio conta, para a sua estruturação, com instâncias de preservação e evocação das almas régias.”*<sup>22</sup>

As medidas régias em relação à execução dos legados pios foram acompanhadas pelo apoio a iniciativas de cariz reformista (não só por iniciativa de D. Duarte mas

<sup>17</sup> CORREIA, Virgílio - Batalha – Estudo Histórico, vol. II, p. 49

<sup>18</sup> GUILHOUET, Jean-Marie - Le portal de Santa Maria da Vitória, p. 71 e 74

<sup>19</sup> Neste âmbito ver VENTURA, Margarida Garcez – As «Leis Jacobinas». Estudo e transcrição.

<sup>20</sup> DUARTE, Luís Miguel - D. Duarte, p. 158

<sup>21</sup> ROSA, Maria de Lurdes - As Almas Herdeiras. Fundação de Capelas Fúnebres e Afirmação da Alma como Sujeito de Direito (Portugal 1400-1521). Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2012

<sup>22</sup> ROSA, Maria de Lurdes - As Almas Herdeiras, p. 171 e 179

pela Casa de Avis em geral), enquanto o clero português reclamava junto do papa e assumia, pela mão do arcebispo de Braga, uma posição pouco flexível em relação às liberdades eclesiásticas.

Neste âmbito, a construção do seu panteão na zona da “cabeça” da igreja não deve ser entendida como um gesto arrogante e muito menos como um gesto incoerente com a profunda devoção espiritual e rectidão moral e ética que caracterizam D. Duarte. Bem pelo contrário: a sua dimensão simbólica espelha as relações tensas, durante o seu reinado (mas que começaram muito antes, durante a sua associação ao trono), entre o poder do clero e o poder real<sup>23</sup>.

Creemos que aquilo que D. Duarte tinha em mente e face ao contexto era um *political statement* de grande determinação, o que está de acordo com a sua personalidade e com a sua mentalidade, pela via do fortalecimento do poder régio em relação ao eclesiástico. A capela-panteão do rei estava metaforicamente à cabeça da igreja, acrescentando e legitimando novos significados ao simbolismo político e religioso desta edificação. E tal como Luís Duarte propõe:

“E “*ver*” estas capelas terminadas, como as desenhou Huguet, como as desejou D. Duarte. Então conseguiremos vislumbrar, em toda a sua dimensão, o projecto político de D. Duarte, décimo primeiro rei de Portugal.”<sup>24</sup>

Projecto cuja hierarquização simbólica deve ter deixado a comunidade dominicana da Batalha numa posição constrangedora ou pelo menos estranha.

Apesar da grande responsabilidade de Huguet e de D. Duarte no desenho do panteão duartino, é fácil concluir que coube aos seus sucessores a continuação do projecto concebido por ambos. Após a morte deste mestre, a coordenação foi assumida por Martim Vasques, activo entre 1438 e 1448: já havia trabalhado no estaleiro sob as orientações de Huguet (aparece na documentação em 1435 e 1437 como mestre e como aparelhador/pedreiro) e estava decerto familiarizado com as empreitadas que então se desenrolavam e em particular com os alicerces desta capela panteão.

Cabe aqui uma referência às consequências da Batalha de Alfarrobeira, em Maio de 1449, no estaleiro batalhino: a participação na contenda de uma boa porção de mesterais e outros, a pelejar recrutados por D. Pedro (que durante a regência havia dotado os frades generosamente), teve um impacto negativo no estaleiro. O número de mesterais que acompanhou D. Pedro foi significativo e alguns nomes aparecem referidos num documento datado de Novembro do mesmo ano onde se menciona que os seus bens foram doados pelo rei ao Conde de Ourém<sup>25</sup>. Este recrutamento

<sup>23</sup> Neste âmbito, ler o interessante capítulo de DUARTE, Luís Miguel - D. Duarte, p.189 e seguintes

<sup>24</sup> DUARTE, Luís Miguel - D. Duarte, p. 219

<sup>25</sup> “*Joham Fernamdez pedreyro, e Martim Periz assemtador e Alvar’Eannes assemtador e Pero Viçente das Bramcas pedreyro, e Fernam Piriz pedreyro, e Pedr’Afonso Gayo pedreyro, e Gomçall’Eannes pedreyro e Pedro Alvarez pedreyro, e Jorge pedreyro e o filho de Joham Bertollameu pedreyro e Gill Vaaz e Alvaro Affonso obreyros e*

inesperado produziu de certeza alterações ao decorrer normal dos trabalhos: de um momento para o outro, o estaleiro ficou privado de uma parte dos seus mestris e outros servidores, que abandonaram os trabalhos que se encontravam a desenvolver.

Em Agosto de 1449, no rescaldo do conflito, D. Afonso V esteve em Óbidos, talvez de regresso a uma visita pelo mosteiro e redigiu um texto onde para além de reforçar os privilégios de quem laborava na Batalha, nele exprimiu o desejo de ver as obras concluídas:

*“favorizar todos los servidores da dita obra pêra em ella obraem // trigosamente pêra cedo com a ajuda de Deos seer acabado e viir a bom fim...”*<sup>26</sup>

Neste seguimento, o rei emitiu cartas de perdão redigidas pela chancelaria entre 1450 e 1451<sup>27</sup>: estes dados podem ser indicativos de alguma falta de mão-de-obra especializada na época. Ou não: o perdão para os mestris pode resultar das vantagens de uma re-contratação de alguém que estava familiarizado com o estaleiro e com a sua estrutura. Como se pode confirmar pela documentação, o número apurado dos mestris e servidores que receberam carta de perdão é superior ao número que aparece mencionado na doação de bens ao Conde de Ourém.

O rei esteve de visita ao mosteiro nestes dois anos e no ano seguinte também, talvez para acompanhar de perto as obras nesta fase mais sensível e dinâmica, como vamos ter oportunidade de confirmar. D. Afonso V foi um rei quase sempre em trânsito e viajou amiúde pelo distrito de Leiria, com inúmeras passagens documentadas<sup>28</sup> pela Batalha, o que decerto lhe permitiu assistir ao desenrolar dos

---

*Alvaro de Torres pedreiro e mestre Pero FeReyro, e Rodrigo filho de Comrate que aprendia de ymaginador, cometem comtra nossa pessoa e rreal estado seemdo com ho yffante dom Pedro na batalha d Alfarrobeyra...”* in GOMES, Saul – Fontes históricas, vol. I, p. 371

<sup>26</sup> GOMES, Saul – Fontes históricas, vol I, p. 355

<sup>27</sup> Receberam carta de perdão em 1450 os seguintes nomes relacionados com o estaleiro: Fernão Pires (pedreiro), João Fernandes (pedreiro), Martim Pires (assentador), Álvaro Eanes (assentador), Jorge do Casal (pedreiro), Martim Álvares (pedreiro), Álvaro Eanes (pedreiro), Rodrigo (escultor, filho de Conrate), Álvaro Esteves (pedreiro), João de Maceira (pedreiro), Rodrigo (pedreiro, filho de João da Maceira), Pedro Afonso (pedreiro), Pedro Alvares (pedreiro), Pedro Anes (servidor), Pero Vicente (pedreiro), Gil Vasques (servidor), Martim Afonso (servidor), Gil Vasques (servidor), Afonso de Arouca (servidor), Álvaro Afonso (servidor), Fernão Afonso (pedreiro), GOMES, Saul – Fontes históricas, vol. I, p. 390 até p. 424. Em 1451 foram perdoados Fernão Pires (mestre de carpintaria), Gonçalo Eanes (vedor das obras) conforme GOMES, Saul – Fontes históricas, vol II p. 9 a 17

<sup>28</sup> Presença documentada de D. Afonso V, a partir dos levantamentos muito úteis realizados por Saul Gomes: em 1450 esteve na Batalha em finais de Novembro, início de Dezembro e no ano seguinte outra vez em Novembro. Em 1452 esteve na Batalha em Outubro. Regressou à Batalha em 1455, igualmente no mês de Novembro e no ano seguinte nova visita, agora em Janeiro (sepultar a mulher na Capela da N. S<sup>a</sup> do Rosário) e depois no mês de Abril (para a trasladação da mãe, D. Leonor). Em 1458 esteve quatro vezes em Leiria, nos meses de Janeiro, Fevereiro, Março e Abril, sem termos a certeza se visitou ou não o complexo conventual, embora nos inclinemos a pensar que sim. Em 1461 visitou as obras em Julho e no ano seguinte no mês de Outubro. Entretanto, ocorreu um interregno de cinco anos, ou seja, somente em 1467 regressou a Leiria, em Outubro. Em Abril de 1471 sabemos da sua presença no concelho, e no ano seguinte visitou novamente Leiria em Julho e a Batalha em Outubro. 1476 foi ano de nova visita ao complexo conventual, em Agosto (talvez no seguimento de festejos da morte do seu avô). Em 1481, ano da sua morte, assinalam-se muitas passagens documentadas pelo distrito: esteve em Leiria quase todo o mês de Março, Abril e Maio, bem como alguns dias em Junho, Julho e Agosto (embora sem referências se visitou o Mosteiro ou não).

trabalhos e ao novo fôlego que as obras vão sofrer.

Os trabalhos na década de 50 do século XV deviam estar a avançar bem e em todas as áreas artísticas, se o podemos dizer desta forma: em Dezembro de 1449 e Fevereiro do ano seguinte há a menção ao pintor João Afonso<sup>29</sup>, a Luís Alemão, Ambrósio e Guilherme, os três vidreiros a trabalhar no estaleiro desde Janeiro<sup>30</sup>. Mas também há a menção de D. Afonso V ter garantido privilégios a quarenta e cinco carreiros “que nos daqy em diante em a obra do Moesteiro de Samta Maria da Vitorea servem teemos por bem...”<sup>31</sup> o que para Saul Gomes constitui um indício claro que o processo de engrandecimento do complexo conventual prosseguia, nomeadamente através da edificação de um novo claustro<sup>32</sup>.

No entanto, somente em 1455 o monarca deu o perdão geral a todos os que haviam estado contra si em Alfarrobeira. Isto leva-nos a pensar como o rápido perdão emitido em relação aos mestreirais foi expressivo no contexto do estaleiro, para a continuidade dos trabalhos.

Regressando ao andamento da edificação, ao mestre Martim Vasques sucedeu-lhe o sobrinho, Fernão de Évora<sup>33</sup>, a coordenar entre 1448<sup>34</sup> e 1477: nestas três décadas os trabalhos no estaleiro devem ter avançado significativamente. Mas o que já estaria edificado na zona das Capelas Imperfeitas? Em Abril de 1475, D. Afonso V redigiu o seu testamento, nele expressando a vontade de ser tumulado no

*“Mosteiro da Batalha, na capeella que mandou fazer el rey meu senhor e padre que Deus aja em cada huã daquellas capeellas que nella sam fundadas e emquanto nom for acabada a dicta capeella lancem meu corpo no cabydo do dicto moesteiro.”*<sup>35</sup>

O testamento é claro: as sete capelas que constituem as Capelas Imperfeitas ainda não estavam acabadas, embora nos pareça que estavam em fase avançada até porque o rei já havia escolhido uma capela para si (“emquanto nom for acabada”) e já deveriam estar quase concluídos os compartimentos triangulares entre as mesmas. As opções tomadas revelam um apego a soluções nacionais, a mestres familiarizados com a Sé de Lisboa, como bem detectou Mário Chicó a partir da observação dos absídiolos, “amplos e iluminados por três frestas.”<sup>36</sup> Estes pequenos compartimentos

<sup>29</sup> GOMES, Saul – Fontes históricas, vol. I, p. 375 e 376

<sup>30</sup> GOMES, Saul – Fontes históricas, vol. I, p. 383, 384 e 385

<sup>31</sup> GOMES, Saul – Fontes históricas, vol. I, p. 388

<sup>32</sup> GOMES, Saul - Les bâtisseurs du chantier gothique du monastère de Bataille, p. 181

<sup>33</sup> Nomeado por conhecer bem o estaleiro e também porque foi partidário de Afonso V em Alfarrobeira, embora se ignore se participou na contenda ou não pois foram-lhe doados bens de três partidários de D. Pedro conforme MORENO, Humberto Baquero – A Batalha de Alfarrobeira, vol II p. 800

<sup>34</sup> Referido num documento datado de Agosto de 1448 como “*Fernam d Evorra mestre das obras do dicto Mosteiro (...) Martym Vasquez sseu tio mestre que foy das obras do dicto Mosteiro...*” in GOMES, Saul – Fontes históricas, vol I, p. 337

<sup>35</sup> GOMES, Saúl – Fontes Artísticas, vol II, p. 278

<sup>36</sup> CHICÓ, Mário - A Arquitectura Gótica em Portugal, p. 132

triangulares entre as sete capelas, decerto os primeiros a ficarem concluídos, foram pontuados por duas gárgulas cada, que devem ter sido lavradas por estes anos: os temas situam-se no âmbito do bestiário e no seu significado moral e, a nível plástico, revelam muitas semelhanças com as gárgulas do claustro de D. Afonso V, mas em particular com as gárgulas colocadas na parede do Dormitório. Actualmente constituem uma pálida ideia do que deveriam ter sido, pois uma boa porção ou são restauros que substituíram os originais, ou sofreram alguns retoques no âmbito das várias campanhas de restauro de que este espaço já foi alvo desde a 2ª metade do século XIX.

O testamento de D. Afonso V também nos diz que a hipótese que nós colocámos, das sete capelas serem destinadas à descendência de D. Duarte, com a exclusão do rei seu sucessor, não se colocava agora (nem daqui em diante), decorridas que estavam quase quatro décadas sobre a morte do *Eloquente*.

No período decorrido entre 1477 e 1490, a partir dos dados recolhidos na documentação, os trabalhos devem ter estado concentrados principalmente na produção e colocação de vitrais, pois temos dois mestres vidreiros a coordenar o estaleiro (mestre Guilherme, entre 1477 e 1480) e João Rodrigues (de 1480 a 1485). Entre 1485 e 1490 temos João Arruda: muito provavelmente estariam a ser colocados os vitrais das janelas da nave central, isto porque em 1491, nas exéquias de D. Afonso, o interior da igreja foi descrito do seguinte modo:

*“E assi chegou ao mosteiro, o qual estaua todo de alto a baixo armado de panos negros, e os esteos também, e polo alto todo ao redor, e pola naue do meio de huã parte e da outra eram feitos andaimos de madeira cubertos de dó...”*<sup>37</sup>

Esta descrição parece sugerir um aproveitamento dos andaimes montados no interior da igreja, na nave principal, ou seja, ainda decorriam trabalhos no interior do templo e muito provavelmente relacionados com a conclusão dos vitrais no clerestório. Por outro lado, os andaimes podem ter sido colocados propositadamente para as cerimónias fúnebres, para suportar os ditos panos negros, como é visível no fólio 129v do *Livro de Horas dito de D. Manuel* (MNAA), onde se pode observar, na imagem central, que as paredes da igreja foram revestidas com panos negros.

Chegamos assim aos finais do século XV sem a conclusão do panteão duartino. Inclina-mos a colocar algumas hipóteses no que concerne ao ponto da situação: nas sete capelas faltariam as abóbadas<sup>38</sup>, a conclusão do portal de acesso ao átrio do espaço que liga o octógono à cabeceira da igreja, fechar lateralmente o átrio (bem como resolver o problema da sua iluminação e cobertura) e rasgar as aberturas nas

<sup>37</sup> GOMES, Saúl – *Vésperas batalhinhas*, p. 56

<sup>38</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida, para além de situar em 1436 a data de início do panteão duartino, refere, no âmbito da coordenação de Martim Vasques, a “cobertura das sete capelas” ideia com a qual discordamos em absoluto por causa do tipo de abóbada que exibem. ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de e BARROCA, Mário: *História da Arte em Portugal. O Gótico*, p. 73

capelas contíguas à capela-mor para se aceder ao espaço do panteão pelo interior da igreja.

### **As campanhas *manuelinas***

A coordenação do estaleiro por Mateus Fernandes I (entre 1491<sup>39</sup> e 1515) e a subida ao trono de D. Manuel em 1495 trouxe um novo fôlego e novos contributos para o estaleiro, em particular ao panteão de D. Duarte, fôlego que teve início com a confirmação de todos os privilégios outorgados pelos monarcas anteriores aos mestres e a todos os que nele laboravam e dele dependiam entre 1495 e 1499.

As gárgulas mais significativas do panteão duartino e que constituem o núcleo deste nosso artigo são as gárgulas que pontuam o exterior das sete capelas, cuja realização integramos na coordenação de Mateus Fernandes I, realizadas sensivelmente entre os últimos anos do século XV e os primeiros anos de Quinhentos, datação relacionada com a decoração observável numa das abóbadas e com os temas das referidas gárgulas. Essa abóbada, no espaço do panteão duartino, exhibe o escudo/as armas de D. João II (o pelicano que retira carne do peito para alimentar os filhos) e tem sido apontada com um dos seus patrocínios artísticos (ou da sua mulher<sup>40</sup>), ideia com a qual discordamos em absoluto e apoiamos o nosso raciocínio no seu testamento:

*“minha sepultura quero que seja em o Mosteiro (...) no lugar e per a maneira que mais conveniente parecer a meu testamenteiro...”*<sup>41</sup>

Se D. João II tivesse sido o responsável pelo abobadamento de uma capela e pela colocação das suas armas/brasão decerto que o indicava no testamento e não descurava a questão, como o atesta o seu testamento. Este testemunho parece confirmar o ponto da situação do estaleiro que referimos no final do capítulo anterior. Isto revela que D. João II conhecia bem em que estado se encontrava o estaleiro e a incompletude do panteão duartino pois este monarca, para além da viagem relativa às exéquias do filho, teve mais duas passagens documentadas pela Batalha.<sup>42</sup>

Outra pista que apoia esta tese é o facto de D. Manuel ter esperado quatro anos para trasladar D. João II de Silves para a Batalha. Porquê este tempo todo? João Paulo Oliveira e Costa justifica-o através da política de apaziguamento promovida por D. Manuel no rescaldo da sua subida ao trono. A transladação deve então ser entendida como um acto de “profundo significado político que deixou bem clara a intenção

<sup>39</sup> O primeiro documento onde Mateus Fernandes aparece como “pedreiro mestre das obras do Mosteiro da Batalha”, GOMES, Saul – Fontes históricas, vol II, p. 391

<sup>40</sup> PEREIRA, Paulo - Enigmas. Lugares mágicos de Portugal, p.200

<sup>41</sup> GOMES, Saúl – Fontes históricas, vol II, p. 402

<sup>42</sup> De acordo com os dados recolhidos em GOMES, Saúl - *O mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XV*, p. 347

do rei de fechar as feridas do passado recente.”<sup>43</sup> Parece-nos claro que estes motivos justificam a transladação, mas porquê tanto tempo? Só encontramos uma explicação plausível para este facto e que se articula com a motivação política: D. Manuel estava à espera que as abóbadas das capelas do panteão duartino estivessem concluídas.

No intuito de engrandecer a memória do seu antecessor, D. Manuel assegurou que a abóbada da capela destinada a albergar o túmulo do mesmo exibisse um programa decorativo de vocação propagandística, exuberante e excessiva, através de uma decoração profusa, centrada nos brasões de D. João II e sua esposa. Este programa exuberante que explora a “nervagem estrelada, formada de terceletes e cadeias, com chave central estaláctica”<sup>44</sup> com quatro fechos de abóbodas, dois a exhibir o escudo régio (ora encimado pela coroa, ora encimado por um elmo e dragão), outro com o pelicano em frente ao camaroeiro. No final, também constitui uma homenagem a sua irmã, D. Leonor, mulher e neta de rei. Nunca saberemos o que pesou no momento da localização da capela destinada a D. João II (a quinta capela a contar no sentido dos ponteiros do relógio para quem se colocar debaixo do grande portal de acesso).

No entanto, pesem embora estas hipóteses, D. João II acabou por ficar provisoriamente na Capela do Fundador. Estariam nesta fase a decorrer as intervenções em torno do portal de acesso às Capelas Imperfeitas e devido a esse facto o seu acesso restringido aos *laboratores* enquanto a igreja e a Capela do Fundador já estavam concluídas? Ou D. Manuel, apesar concluída a abóbada da capela destinada ao seu cunhado resolveu esperar pela conclusão da grande abóbada central para transladar D. João II? Ou, por último, D. Manuel esperava realizar uma grande cerimónia, após a conclusão das Capelas Imperfeitas, vocacionada para o enaltecimento da Dinastia de Avis, que incluía a transladação dos monarcas seus antecessores para o panteão duartino? Esta última hipótese ganha força no testamento de D. Manuel, de 1517, onde o monarca recomendou que se acabassem as capelas e que

*“mamdeem mudar pêra ellas (...) seus altares e todas as outras cousas necessarias el Rey Duarte que foy o primeiro principiadore dellas e asy el Rey Dom Afonso meu tio e el rey Dom Joam que Deus aja e o príncipe Dom Afonso meu sobreinho...”*<sup>45</sup>

Concluimos assim que, à data do fim das empreitadas Mateus Fernandes I, o destino do panteão duartino era o de albergar três reis, acompanhados pelas respectivas rainhas e um príncipe. Mas seria desde sempre esta a ideia de D. Manuel? A historiografia artística crê que, durante um período de sensivelmente uma década e meia, também D. Manuel pensou no panteão duartino para se fazer tumular, ideia que caiu por terra sensivelmente entre 1514/5 e 1517, data do seu testamento: a

<sup>43</sup> COSTA, João Paulo Oliveira - D. Manuel, p. 102

<sup>44</sup> CORREIA, Virgílio - Batalha - Estudo Histórico, vol. II, p. 53

<sup>45</sup> GOMES, Saúl - Fontes Históricas, vol III, p. 385

morte de Mateus Fernandes I e, mais significativo, a mudança de planos em relação a Sta. Maria de Belém, entre 1516 e 1517, para onde todas as suas atenções se viraram, secundarizaram este estaleiro e deixaram incompletas as capelas imaginadas por Huguet e D. Duarte para seu panteão.

Partimos então do pressuposto que o programa exuberante que D. Manuel patrocinou no panteão duartino devia-se à ideia deste rei também se fazer tumular com D. Duarte, pelo menos até um determinado momento como já referimos. Hipótese que justifica o investimento económico e simbólico feito neste estaleiro por D. Manuel. O investimento simbólico serviu para aproximar D. Manuel de D. Duarte e foi o nosso colega Miguel Metelo de Seixas<sup>46</sup> quem nos chamou a atenção para isto: D. Manuel procura legitimar a sua sucessão ao trono por via não de D. João II e sua irmã, ou pelo facto do seu pai D. Fernando ser irmão de D. Afonso V, mas pelo facto de ser neto do rei D. Duarte. É através do avô que lhe vem a legitimidade dinástica. É a partir deste pressuposto que D. Manuel engendra todo o programa de enaltecimento mas também entrosamento, da memória de D. Duarte com os seus símbolos heráldicos, enfim, com a sua legitimidade ao trono. E é por estas razões que não faz qualquer sentido supor que o magnífico portal de acesso ao panteão duartino tenha sido um patrocínio artístico de D. João II. Este portal constitui-se como uma cristalização propagandística do pensamento de D. Manuel em relação à memória do avô, do avô erudito e eloquente que D. Manuel enfatiza e homenageia pela repetição da segunda parte seu mote (*leaute faray*) // *tã ya serey* num conjunto de arcos densos e complexos, únicos. O *enquanto viver* do D. Duarte estende-se temporalmente até ao neto, numa continuidade linhagística: a memória do rei está vinculada ao reinado do seu neto e é através dessa continuidade que subsiste, que vive e se perpetua.

Assim, é lícito dizer que D. Manuel, numa primeira fase do seu reinado, quer associar-se, do ponto de vista simbólico e imagético, ao seu avô<sup>47</sup>. Mas no espaço do panteão surge um problema: do ponto de vista da hierarquia, onde se faria tumular D. Manuel? Numa das sete capelas, na mesma posição hierárquica que o príncipe D. Afonso e que os reis D. Afonso V e D. João II, estando a arca tumular de D. Duarte colocada no centro do espaço? Não: o rei D. Manuel imaginou-se no centro do panteão duartino, no sítio que D. Duarte havia concebido para si e para a rainha. Dizemos isto porque é na capela que se opõe ao portal (a quarta capela) que estão as divisas do rei D. Duarte (e foi nessa capela que já no século XX se colocou o túmulo do *Eloquente*), uma escolha decerto feita por D. Manuel.

<sup>46</sup> Ver nesta obra o artigo de Miguel Metelo de Seixas e de João Bernardo Galvão-Telles: *Elementos de uma cultura dinástica e visual: os sinais heráldicos e emblemáticos do rei D. Duarte*

<sup>47</sup> Fase que deve ter tido o seu ponto alto em Dezembro de 1499, data em que D. Manuel estabelece um padrão e tença de 120 mil reais ao mosteiro para a celebração de missas, ofícios e outros encargos, fase de enaltecimento linhagístico que se estendeu sensivelmente neste estaleiro até 1509 e depois entra em decréscimo até 1515/6.

Ou seja, D. Manuel usa o avô para se legitimar em termos de linhagem, mas “recusa” obediência ao projecto inicial do seu panteão e adultera a solução final pensada por Huguet e D. Duarte, concebendo um projecto que o coloca a si no centro. Perguntamos se nesta data já se havia perdido o testamento de D. Duarte, pois convinha ao seu neto esquecer as suas disposições testamentárias.<sup>48</sup> Este problema relativo à hierarquização do espaço e o impacto estético do portal deve ter impulsionado D. Manuel para algo seu, numa fase em que no seu reinado nada o obnubilava: estava a chegar a fase de viragem do estaleiro de Belém e a secundarização deste estaleiro.

Mas recuemos um pouco no estaleiro batalhino: os anos de 1509/10 foram anos que em termos documentais verificamos muitos pagamentos, em maior número do que em todos os outros anos, o que parece “fechar” uma fase de obras, com as quais o rei devia estar satisfeito, porque em 1508 havia emitido um novo regimento aos oficiais, aumentando a sua diária para 60 reais. Em Janeiro de 1514 e devido à idade avançada de Mateus Fernandes, o rei nomeou-o recebedor das obras, auferindo por isso a quantia de 3 000 reais por ano. Entretanto Mateus Fernandes morreu em 1515 e entre 1516 e 1528 a coordenação coube a seu filho, Mateus Fernandes II<sup>49</sup>.

Cremos que o ritmo das obras neste período abrandou bastante, verificável através da diminuição do número de trabalhadores referidos na documentação e também pelos poucos pagamentos, em que as excepções foram os anos de 1518 e 1519, onde novamente se verifica um conjunto de pagamentos. Este abrandamento do estaleiro justifica-se no desinteresse revelado por D. Manuel pela Batalha para seu panteão, satisfeito que estava com Belém, que como sabemos, sofreu um grande impulso a partir de 1517 e também por ser oneroso para a coroa manter dois grandes estaleiros activos, apesar da prosperidade económica.

Postas estas considerações, essenciais para a contextualização e para a datação das gárgulas que pontuam as sete capelas, vamos então concentrar a nossa atenção na sua relação com o *Leal Conselheiro*.

---

<sup>48</sup> Segundo Luís Miguel Duarte, ignora-se quando é que o rei redigiu o seu testamento e “*nem sequer se conhece nos seus traços gerais (...) foi aberto em público depois da cerimónia de proclamação de D. Afonso como novo rei de Portugal*” e segundo Rui de Pina continha algumas cláusulas não pacíficas em relação a Ceuta e a D. Fernando, in DUARTE, Luís Miguel - D. Duarte, p. 263

<sup>49</sup> A historiografia tem perguntado amiúde porque é que o rei não nomeou Boytac, genro do mestre, na altura a laborar em Sta. Cruz de Coimbra e Sta. M<sup>a</sup> de Belém. Ora esta nomeação em prol do filho justificou-se pelo facto de ter trabalhado no estaleiro, numa colaboração estreita e assídua com seu pai e nele ter realizado aprendizagens e adquirido competências. Foi Mateus Fernandes II que ficou à frente do estaleiro em 1508 quando seu pai foi encarregue de orientar a mudança de uma estrada, a realização de uma ponte e ainda avaliar a construção de uma muralha em Almeida, conforme GOMES, Saúl - Fontes históricas, vol III, p. 72

## As gárgulas, os pecados e o *Leal Conselheiro*

No que concerne ao estado da questão em contexto internacional, em particular o anglo-saxónico, as gárgulas têm sido entendidas sob dois grandes eixos: como tendo funções apotropaicas e de amuleto para espantar o mal<sup>50</sup> ou associadas ao demoníaco<sup>51</sup> fenómenos característicos do exterior do edifício, em oposição ao interior da igreja, belo e sagrado. Por outro lado, os trabalhos do historiador Michael Camille sublinharam a importância do “*discurso marginal*”<sup>52</sup> de alguma escultura monumental e lançaram pistas importantes a partir das gárgulas oitocentistas de Notre-Dame<sup>53</sup>.

Em contexto nacional poucas vezes as gárgulas atraíram a atenção dos investigadores e quando tal aconteceu, foram quase sempre as gárgulas de Sta. Maria da Vitória que mereceram menção, a propósito da descrição do edifício. As gárgulas foram entendidas como meramente decorativas, manifestações populares e pagãs e por isso com origem em fugas ao controlo eclesiástico e mecenático por parte dos imaginários produtores, ideia com a qual discordamos em absoluto. Mais recentemente, as gárgulas passaram a ser encaradas como significativas para a compreensão da mundividência medieval, graças aos trabalhos de José Custódio V. da Silva<sup>54</sup>, Paulo Pereira<sup>55</sup> Saúl António Gomes<sup>56</sup> e Luís Urbano Afonso<sup>57</sup>. É de referir o trabalho recentemente iniciado por Ana Patrícia Rodrigues Alho<sup>58</sup> que deve trazer contributos ao estudo das funções hidráulicas das gárgulas nos edifícios.

Nos trabalhos por nós desenvolvidos nos últimos anos cremos já ter provado a origem erudita de uma boa porção de temas presentificados nas gárgulas dos

<sup>50</sup> Neste âmbito, uma das contribuições mais recentes à data da nossa investigação era o de MELLINKOFF, Ruth - *Averting Demons. The protective power of medieval visual motifs and themes*. Los Angeles: Ruth Mellinkoff Publications, 2 vols. 2004

<sup>51</sup> Ver BENTON, Janetta Rebold - *Holy Terrors: Gargoyles on Medieval Building*, 1997

<sup>52</sup> CAMILLE, Michael - *Images on the Edges: the Margins of Medieval Art*, 1992

<sup>53</sup> Trabalho editado já postumamente: CAMILLE, Michael - *The Gargoyles of Notre-Dame: Medievalism and the Monsters of Modernity*, 2009

<sup>54</sup> SILVA, José Custódio Vieira da - *A Igreja de Nossa Senhora do Pópulo das Caldas da Rainha*, p. 38

<sup>55</sup> PEREIRA, Paulo - *A simbólica manuelina. Razão, celebração, segredo* in PEREIRA, Paulo (Dir.). *História da Arte Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995, vol. II p. 119. Para o historiador as gárgulas “*São um dos exemplos mais característicos de marginalia e de fantasia, e deste modo representam como que um anti-bestiário. Nelas era dado curso livre à imaginação dos lavrantes que aproveitam estes lugares não fiscalizados pelos programadores para imporem uma espécie de “revolta semântica”. Desempenhavam funções complementares pois o seu mau-olhado era simultaneamente gerador de fascínio, mas também detinha valores apotropaicos, pois afastava o mal, espantando-o.*” *Ibid.* p. 122. Discordamos deste historiador neste ponto: o de considerar que as gárgulas eram elementos escultóricos não fiscalizados pelos programadores, na esteira de V. Correia e João Barreira.

<sup>56</sup> GOMES, Saúl - *Vésperas Batalhinhas*, p. 70 e 158

<sup>57</sup> AFONSO, Luís (Coord). *Quimeras, Gárgulas e Figuras Grotescas*. Contacto nº 10, Outubro de 2002 [Consultado em Março 2003] Disponível em: [www.revista-temas.com/contacto/Newtiles/Contacto10.html](http://www.revista-temas.com/contacto/Newtiles/Contacto10.html)

<sup>58</sup> ALHO, Ana Patrícia. *As gárgulas do Mosteiro de Santa Maria da Vitória. Função e Forma*. Batalha: Edição do Município da Batalha, 2010, pp. 91. Esta investigadora encontra-se a realizar uma tese de doutoramento intitulada: *O sistema hidráulico na arquitectura sacra gótica em Portugal dos sécs. XIII a XV*, financiada com bolsa de doutoramento da FCT.

edifícios religiosos nacionais, cuja concepção provinha do referido tecido religioso. O desenho e a realização dos programas de gárgulas resultavam de uma colaboração estreita entre a igreja, o(s) mecenas e os imaginários, numa profunda articulação com o público-alvo a quem as gárgulas se destinavam. Isto parece-nos significativo porque temos vindo a constatar que as funções semânticas das gárgulas estavam de acordo com os seus destinatários, quer fossem as populações em geral (por exemplo, no caso das igrejas matrizes), quer fossem os membros de uma comunidade monástica ou conventual (neste caso, um público restrito e culto, dotado de outro tipo de ferramentas de descodificação imagética).

Ainda em relação aos seus destinatários, a sua importância relaciona-se com a principal função das gárgulas, para além da utilitária, referente à hidráulica do edifício: a função pedagógica. Foi no âmbito de uma forte vocação catequética que as gárgulas se desenvolveram em Portugal: cedo a igreja percebeu as suas potencialidades pedagógicas e promoveu a sua colocação nos edifícios religiosos, reclamando para si a responsabilidade do esboço ou do desenho dos programas. Este facto teve um grande impacto quer ao nível do incremento dos edifícios com gárgulas, quer ao nível da sua divulgação e legitimação, de tal modo que a sua colocação nos edifícios entre nós continuou para lá do período tardo-gótico, estendendo-se para além de Trento e chocando com as orientações estéticas de cariz clássico<sup>59</sup> que marcaram a arquitectura nacional da segunda metade de Quinhentos. Ou seja, ao longo do complexo século XVI, a importância pedagógica das gárgulas prevaleceu sobre os outros aspectos, embora as gárgulas sofressem uma evolução formal, agora ligadas a proporções clássicas. No que concerne aos programas e aos aspectos temáticos manteve-se uma estreita ligação com os pecados, salvo algumas excepções: este vínculo conservou-se mesmo quando os programas partiam de temas e figuras clássicas, como os faunos, os sátiros, etc.

Os temas das gárgulas apresentam-se com um forte comprometimento com as mentalidades da época<sup>60</sup>, quer em relação ao contexto produtor do seu programa, quer depois em relação ao seu público-alvo. Provém deste comprometimento a

---

<sup>59</sup> Neste âmbito ver o nosso trabalho sobre o Claustro da Manga: BARREIRA, Catarina Fernandes e ABREU, Susana Matos - *Influências Franciscanas no Programa Pedagógico quinhentista da Fonte da Manga (Coimbra, Portugal)* in Actas do III Congreso Internacional El Franciscanismo en la Península Ibérica. Ediciones El Almendro, Córdoba, 2010

<sup>60</sup> A igreja e os mestres produtores revelaram estar muito atentos e receptivos ao contexto envolvente, quer social, quer religioso e a prová-lo temos dois exemplos: as gárgulas-índio do complexo de Sta. M<sup>a</sup> da Vitória, na Batalha e a gárgula-rinoceronte, no claustro de Sta. M<sup>a</sup> de Alcobaça. Este interesse da igreja em representar as novidades resultantes da política de expansão e dos Descobrimentos estava relacionado com o desejo de uma rápida integração das ditas novidades na hierarquia divina. A descoberta de novos seres e animais colocava perguntas para as quais os teólogos da época não tinham respostas e, pior ainda, chocava com uma noção de universo enraizada em concepções medievais: os imaginários e a igreja, ao integrá-las no edifício e ao articulá-las no conjunto das outras gárgulas, estavam a legitimar a sua existência mas também a divulgá-la e a justificar o seu papel junto da criação divina.

ligação com os textos da época, quer os de produção coeva, quer os produzidos anteriormente mas cujo incremento da circulação ocorreu num determinado momento.

Esta ligação textos/gárgulas verifica-se particularmente em gárgulas da 2ª metade do século XV e inícios da centúria seguinte e os textos da época que circularam em contexto nacional, uma questão que já abordamos noutra lado<sup>61</sup>. Os textos a que nos referimos são na sua maioria em português, o que contribuiu para a sua circulação fora dos contextos monásticos/conventuais e uma maior divulgação junto da nobreza erudita com capacidade mecénica. Mas lembremo-nos que, em termos cronológicos e no período em questão, os *scriptoria* monásticos já redigiam muitos dos seus manuscritos em “*lingoagem*”. Neste âmbito, temos dois grandes tipos de textos com grande divulgação: por um lado, um conjunto que podemos designar como literatura moralizante, de origem religiosa ou “apologética” como o *Horto do Esposo* e, por outro, um tipo mais específico porque tem um cariz normativo e que concerne aos penitenciais ou manuais de confessores. Em relação a estes livros, de apoio à prática confessional, a sua difusão fica demonstrada pelo número significativo de manuais que circularam entre nós entre a 2ª metade do século XV e toda a centúria seguinte, muitos já impressos.

No entanto, em relação a aspectos comuns entre textos e programas de gárgulas, estas últimas não podem ser vistas como tendo uma correspondência absoluta e rigorosa com as fontes literárias. Ou seja, não podemos dizer, salvo algumas excepções, que um texto serviu como fonte de inspiração directa numa gárgula ou núcleo de gárgulas. De facto, vamos fazer referências aos encontros e desencontros entre textos e gárgulas, neste caso entre as gárgulas do panteão duartino e o *Leal Conselheiro*, mas ao fazê-lo, não estamos a falar sempre numa correlação directa, mas a evidenciar a existência de um tecido cultural, social e religioso comum à produção do texto e das gárgulas.

No que concerne ao *Leal Conselheiro* não nos cabe aqui tecer considerações de ordem literária, mas interessa-nos contextualizar as reflexões de cariz moralizante e pedagógico por parte do monarca que perpassam ao longo de toda a obra, reflexões que se constituem como “*proveitosa ensinança*”<sup>62</sup> para senhores e gentes de suas casas, ou seja, de carácter catequético.

D. Duarte exprime grandes preocupações em torno dos falecimentos e dos

---

<sup>61</sup> BARREIRA, Catarina - Gárgulas: representações do feio e do grotesco no contexto português. Séculos XIII a XVI. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas Artes, 2011 (Tese de Doutoramento em Ciências da Arte) e o artigo BARREIRA, Catarina - A relação entre gárgulas e textos no contexto tardo-medieval em Portugal: preocupações em torno do comportamento do corpo e os pecados in COSTA, Ricardo da (org.). As relações entre História e Literatura no Mundo Antigo e Medieval. Mirabilia nº 13 (2011/12 - Julho/Dez 2011). Revista Eletrónica da Antiguidade e Idade Média, ISSN 1676-5818 in <http://www.revistamirabilia.com/>

<sup>62</sup> DUARTE, D - *Leal Conselheiro*, p. 8

pecados e neste sentido o *Leal Conselheiro* é apresentado pelo rei como um

“*regimento de nossas consciências e vontades (...) em forma de ùu soo tractado com algũus adimentos*”<sup>63</sup>

onde o rei recorre a grandes *auctoritas*. Cremos que este carácter moralizante e exemplar está bem presente no programa de gárgulas que podemos observar no panteão duartino. D. Duarte dominava bem os dois tipos de produção textual que referimos há pouco, como o comprova a composição da sua biblioteca<sup>64</sup>. Fica atestado o seu interesse no assunto da prática confessional por causa da presença de dois livros de *Martym Pirez*<sup>65</sup> (que a biblioteca da abadia alcobacense tinha dois manuscritos, o Alc. 377-78 e o Alc. 213) obra que o rei cita no *Leal Conselheiro* e ainda do *Cadernos da Confissão*, da autoria de João Calado<sup>66</sup>. Mas o rei também se interessa por literatura edificante, que recorria a *exempla*, como o *Horto do Esposo* (também este com ligação à biblioteca de Alcobaça) ou o *Livro da Corte Imperial*.

Postas estas considerações, ao partirmos da ideia que existiu um tecido cultural e religioso comum à produção do *Leal Conselheiro* e das gárgulas do panteão duartino, estamos a pressupor que alguns factores tiveram um tempo de permanência longo. Esses factores residem na já referida vocação catequética e moralizante de ambas as manifestações culturais, texto e gárgulas. Mas também constitui uma pista para pressupormos que o *Leal Conselheiro* circulou em contexto de corte, um desejo que o rei exprime no início do livro e também em contexto religioso, se pensarmos nas figuras do clero que acompanhavam o rei, de grande craveira intelectual como por exemplo o seu confessor Frei Gil Lobo, Frei Fernando de Arroiteia ou o abade de Alcobaça, D. Estevão de Aguiar. Sobre o manuscrito do *Leal Conselheiro* (Paris, BN ms Portugais 5), e de forma sintética, para não nos alongarmos na questão, temos duas grandes teses em discussão:

- Por um lado temos o percurso do manuscrito traçado por M<sup>a</sup> Helena Lopes de Castro<sup>67</sup> e por Isabel Dias<sup>68</sup> em que se coloca a hipótese de ter sido D. Leonor quem tenha levado o *Leal Conselheiro*, concluído em 1438, para fora de Portugal, cerca de 1440.

- Por outro lado, temos a hipótese levantada por Aires do Nascimento<sup>69</sup>, que parte de dados codicológicos, paleográficos e iconográficos do manuscrito que

<sup>63</sup> DUARTE, D - *Leal Conselheiro*, p. 7

<sup>64</sup> Neste âmbito recomendamos a leitura dos capítulos respeitantes às livrarias dos Príncipes de Avis in NASCIMENTO, Aires Augusto - *Ler contra o tempo*, p. 249 e seguintes

<sup>65</sup> Livro da autoria de um religioso castelhano e que fazia parte do *Livro das Confissões*, com as explicações detalhadas dos pecados e indicação das respectivas penitências in PÉREZ, Martim - *O Penitencial de Martim Pérez em Medievo-português*. Introdução, leitura e notas de Mário Martins. Lisboa: Separata da Lusitânia Sacra, 2, 1957

<sup>66</sup> NASCIMENTO, Aires Augusto - *Ler contra o tempo*, p. 265

<sup>67</sup> Ver DUARTE, D - *Leal Conselheiro*, p. XV a XXVI

<sup>68</sup> DIAS, Isabel - *A arte de ser bom cavaleiro*. Lisboa: Estampa, 1997.

<sup>69</sup> NASCIMENTO, Aires Augusto - *Ler contra o tempo*, p. 517 e seguintes

o articulam e contextualizam com outros manuscritos realizados na época, em particular com o *Livro da Vita Christi* (Alc. 451, concluído em 1445), entre outros manuscritos. A cópia que D. Duarte fez para D. Leonor não seria esta, que Aires do Nascimento pondera ter sido realizada pelo escrivão do rei, João Gonçalves<sup>70</sup> que depois será escrivão do Infante D. Pedro e que participa em Alfarrobeira ao lado deste, sendo perdoado por D. Afonso V em 1551. Dois anos depois está a trabalhar na livraria régia. Esta hipótese é ainda suportada com as recentes investigações de João Dionísio e Bernardo Sá Nogueira<sup>71</sup> em torno de uma fórmula, teorias que consideram que a conclusão do manuscrito de Paris “*avance para depois de 1451*”<sup>72</sup> Assim, este manuscrito do *Leal Conselheiro* teria sido levado para fora de Portugal pelo condestável D. Pedro, filho do Infante D. Pedro e não por D. Leonor.

Esta última hipótese é bastante pertinente porque nos coloca questões que corroboram ainda mais a proximidade entre o programa das gárgulas com as ideias moralizantes do rei *Eloquente*: um exemplar do manuscrito do *Leal Conselheiro* circulou em contexto de corte e durante algum tempo e haveria um outro, na posse de D. Leonor que “teria requerido mais acribia de cópia para o texto do que aquela que o exemplar parisino deixa comprovar.”<sup>73</sup>

Deste modo, ao desenhar-se o programa de gárgulas para pontuar o exterior do panteão de D. Duarte, os responsáveis pelo mesmo em articulação com D. Manuel partiram do tom doutrinal do *Leal Conselheiro*, na rectidão moral e ética do rei, na sua observância moral e nas suas iniciativas reformistas, nas suas preocupações com os pecados, pensamentos que nos últimos anos do século XV, inícios da centúria seguinte, estavam ainda no centro das preocupações da igreja. Aliás, a pertinência da questão acompanhou, como se sabe, os movimentos de reforma das várias ordens religiosas.

Mais: ficando o convento encerrado pela cerca (que em 1514 ainda não havia referência nenhuma aquando a medição do mosteiro<sup>74</sup>), o público-alvo destas gárgulas eram os frades dominicanos, que no contexto da crise religiosa que afectou todas as ordens também não constituíam uma excepção. Ou seja, a vocação catequética e moralizante destas gárgulas vai ser também objectivamente exemplar no sentido de conduzir os comportamentos dos frades pregadores ao seio da observância. É por esta razão que observamos alguns dominicanos representados nas gárgulas do panteão duartino, indicação que as preocupações do rei em torno dos falecimentos

<sup>70</sup> Conforme NASCIMENTO, Aires Augusto - Ler contra o tempo, nota de rodapé da p. 531

<sup>71</sup> DIONÍSIO, João e NOGUEIRA, Bernardo Sá - Sobre a datação do manuscrito P do *Leal Conselheiro* de D. Duarte: a fórmula que deus perdoe in eHumanista: vol. 8, 2007

<sup>72</sup> DIONÍSIO, João e NOGUEIRA, Bernardo Sá - Sobre a datação do manuscrito P do *Leal Conselheiro*, p. 123

<sup>73</sup> NASCIMENTO, Aires Augusto - Ler contra o tempo, p. 533

<sup>74</sup> GOMES, Saul - Fontes históricas, vol. III p. 323

e pecados tiveram tempo de permanência e que se estendeu, como dissemos, século XVI dentro, preocupações validadas por hábitos e comportamentos menos próprios do clero, que deveria ser uma presentificação evidente dos valores que pregava.

Por questões de espaço, não vamos poder abordar aqui todas as gárgulas que pontuam as sete capelas que constituem as Capelas Imperfeitas, que totalizam mais de duas dezenas, mas vamos referir algumas que nos parecem bastante significativas para fundamentar as questões levantadas. Nestas gárgulas verificamos que existe uma forte coerência iconográfica, com objectivos pedagógicos claros, que parte da figura humana a presentificar alguns pecados, embora tenhamos também alguns casos de gárgulas animais e de híbridos.

Vamos começar então pela representação do clero e a sua relação com os *peccata carnalia*: temos duas gárgulas, uma figura masculina sentada, de pernas cruzadas, que exhibe um capuz de hábito religioso e com uma mão bate no peito (num gesto de contrição?) e com a outra mão tapa ou manipula os genitais. A outra é uma figura feminina, talvez uma freira que tal como a gárgula anterior, do hábito só exhibe o capuz e está de mãos postas a rezar, sentada de pernas cruzadas.

Figura 1

Legenda: Gárgula das Capelas Imperfeitas do Mosteiro de Santa M<sup>a</sup> da Vitória, Batalha, finais séc. XV, inícios da centúria seguinte. Todas as fotografias da autora.



Figura 2

Gárgula das Capelas Imperfeitas do Mosteiro de Santa M<sup>a</sup> da Vitória, Batalha, finais séc. XV, inícios da centúria seguinte.

Os problemas em torno do corpo dos religiosos é uma questão que D. Duarte aborda no *Leal Conselheiro*, recorrendo a *auctoritas* e dedicando ao assunto um capítulo inteiro (*Do perigo da conversaçom das mulheres spirituaes / tirado de ãu trautado de Sam Tomas di Equino*). Neste destacou o perigo da familiaridade com



Figura 3 e Figura 4

Gárgula-mulher com um toucado, envergando um vestido rasgado ou descosido que deixa entrever os seios nus (à esquerda) e gárgula-mulher, nua, de mãos postas a rezar (à direita), Capelas Imperfeitas, Mosteiro de Sta. Maria da Vitória, Batalha, finais século XV, inícios da centúria seguinte.

as devotas ou monjas, aconselhando ao homem que fugisse dessa convivência, pois encontros amiúde podem despertar a luxúria e a solução que lhe parece a mais adequada, a partir dos conselhos de São Jerónimo: “nom se pode fazer resistência senom fugindo das molheres.”<sup>75</sup>

Mas não é só no texto religioso que encontramos menções ao tópico da freira luxuriosa e grávida: na literatura de ascendência goliárdica como o *Libro de buen amor* que D. Duarte conhecia bem, pois fazia parte da sua biblioteca (mencionado pelo nome do autor, *Acipreste de Fyta*<sup>76</sup>) aparecem referidas as vantagens de se amar uma freira: Trotaconventos aconselha o Arcipreste a amar uma monja.<sup>77</sup> Na mesma obra aparece referida a luxúria indiferenciada com que a personagem Don Carnal tem relações, com casadas e com monjas professoras.<sup>78</sup>

Outro dos aspectos aqui a explorar é o do estereótipo da mulher como um ser quase exclusivamente luxurioso e tentador: o número de gárgulas que representam mulheres nuas, em atitudes que nos reportam para a luxúria entre o século XV e o seguinte não é de desprezar, em particular neste estaleiro. Nas Capelas Imperfeitas temos uma gárgula mulher, sentada, com um vestido rasgado em pontos – chave que deixa que se vejam os seios nus e tem um toucado ou turbante na cabeça, com uma expressão facial provocatória. No *Horto do Esposo* o seu autor faz uma referência interessante sobre o que São Jerónimo diz sobre as mulheres no que concerne ao significado do vestido rasgado que a gárgula exhibe:

“Ella faz a sabeudas a saya ou a camisa descoseyta é algũus logares, por tal que pareça algũa cousa do corpo.”<sup>79</sup> D. Duarte também se refere à mulher como

<sup>75</sup> DUARTE, D - Leal Conselheiro, p. 191 e seguintes

<sup>76</sup> NASCIMENTO, Aires Augusto - Ler contra o tempo, p. 266

<sup>77</sup> RUIZ, Juan - Libro de buen amor. Madrid: Edición Espasa - Calpe, 9ª edição, 1962, v.1330

<sup>78</sup> RUIZ, Juan - Libro de buen amor, v. 1166

<sup>79</sup> Horto do Esposo, p. 287

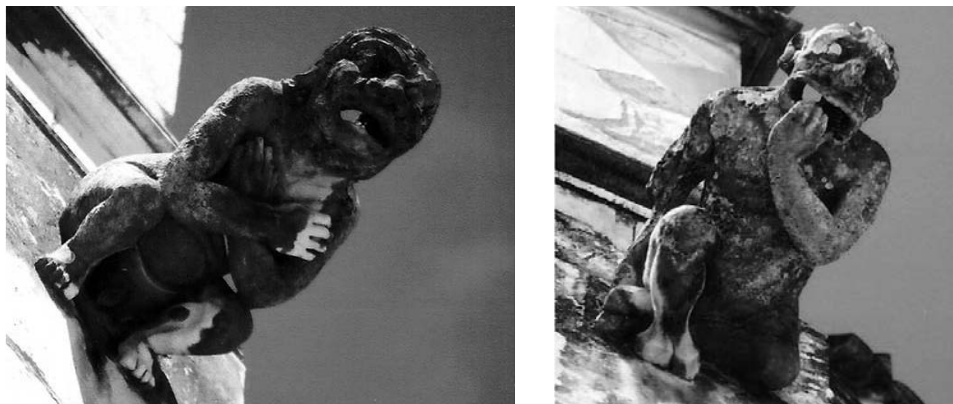


Figura 5 e Figura 6

Legenda: Gárgulas cujos órgãos ligados aos sentidos foram acentuados plasticamente (figura feminina à esquerda e masculina à direita), Capelas Imperfeitas, Mosteiro de Sta. Maria da Vitória, Batalha, finais séc. XV, inícios séc. XVI.

*“cuberta de enganoso vestido, se este ou esta que te semelham espirituais, som esso que parecem segundo tu crees.”<sup>80</sup>*

Mas queremos aludir a uma outra gárgula, sentada nua, a exhibir seios e órgãos genitais de forma explícita e visível, enquanto está de mãos postas a rezar. D. Duarte sugere que esta atitude de rezar, nas mulheres e homens apaixonados carnalmente é

*“consolação que de todo é sensual, a qual recebem ùu e o outro em aquela representaçom que lhe a soo fantasia faz quando oram, cuidam e afirmam que lhes vem per graça spiritual...”<sup>81</sup>*

Nestas gárgulas, a mulher é representada como objecto de tentação para o homem, cuja intenção é a de o seduzir, de o atormentar com a visão de algumas partes do seu corpo para que a luxúria nele desperte. Ninguém estava a salvo da malícia feminina e a sugestão de fuga apresentada pelo rei era a mais indicada!

A igreja percebeu rapidamente que uma das formas de presentificar os pecados nas gárgulas era ligando-os aos sentidos, através do exagero e da acentuação plástica dos órgãos ligados aos mesmos: não é invulgar vermos gárgulas com os olhos, as orelhas e o nariz aumentados, a par de uma boca bem escancarada (com ou sem a ajuda das mãos) e destas a “tanger” sítios impróprios (ver Figuras 1, 3, 5 e 6). Outra estratégia que já aqui referimos era explorar a nudez das figuras, quer total, quer parcelar, que reportava imediatamente quem observava para a luxúria, mas também permitia identificar a quem a imagem se referia, como acontece com as gárgulas que exibem o capuz dos hábitos religiosos. Todos estes aspectos estão presentes nas gárgulas do panteão duartino.

D. Duarte não secundarizou a relação entre os pecados e os sentidos, pois para

<sup>80</sup> DUARTE. D - Leal Conselheiro, p. 189

<sup>81</sup> DUARTE. D - Leal Conselheiro, p. 187



Figura 7

Gárgula-frade (note-se o capuz do hábito, embora esteja nú) que tapa as orelhas com as mãos e exhibe os órgãos genitais, Capelas Imperfeitas, Mosteiro de Sta. Maria da Vitória, Batalha, finais século XV, inícios século XVI.

além de ter dedicado aos pecados  $\frac{1}{4}$  dos capítulos do *Leal Conselheiro* (onde cita e verte para *lingoagem* passagens de outros livros como o *Compendium Theologicae Veritatis*, justamente para se documentar bem sobre os pecados) revela comprazimento em esclarecer o leitor sobre onde acabam os comportamentos ditos normais, adaptados à condição de cada um e começam os pecados:

*“Aos narizes, leixando feiçom e algũas nom boas contenenças que algũus filham de mau costume, outro falicimento i nom há senom sobeja deleitaçom de boos cheiros, e deligencia de os haver ou trazer com entençom corrupta de luxuria, gargantoíce, ou de sobeja folgança na dulçura d’eles. (...) Em ouvir, leixando maa contenença d’abrir a boca, torcer a cabeça, estirar d’olhos que se pode, per boo costume, scusar, nossos falicimentos podem seer consiirados por o que é suso scripto de falar.(...) Ao sentido do tanger perteence principalmente o pecado da luxuria, de que mais em special nom entendo d’escrever. E mais todo o viço, mimo e pompa, muitos de nossos corpos per roupas que tragamos, camas em que jazemos, fogo a que nos achegamos, casa frias no verão, semelhantes cousas por deleitaçom de nossos corpos que se façam aalem do que nos perteence segundo nossa desposiçom e idade.”*<sup>82</sup>

No excerto transcrito, D. Duarte aludiu aos “pecados de orelhas” ou seja, aos pecados que decorriam do uso impróprio do sentido da audição. Num estudo realizado por Maria Manuela Braga, dedicado à *marginália* satírica observável nos cadeirais tardo-medievais, a autora detectou numa misericórdia do cadeiral da Sé do Funchal uma figura masculina, nua e com barba, que tapa as orelhas com as mãos. Em termos temáticos a autora inseriu tal iconografia nos “pecados de orelhas.”<sup>83</sup> E de facto há uma gárgula no panteão duartino que parece ilustrar o ditado popular: “*Palavras loucas, orelhas moucas*”: sentado, a exhibir somente o capuz do hábito, o frade tapa as orelhas com as duas mãos, enquanto exhibe os genitais.

<sup>82</sup> DUARTE, D - *Leal Conselheiro*, p. 258 e 259

<sup>83</sup> BRAGA, Maria Manuela. “A *Marginália* satírica nos cadeirais do Mosteiro de Sta. Cruz de Coimbra e da Sé do Funchal”. *Medievalista*, Ano 1, nº 1, 2005 [Consultado em Abril 2006], Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA1/medievalista-marginalia.htm>

No *Penitencial de Martim Pérez* temos uma referência aos pecados de orelhas, com a indicação da respectiva penitência:

*“Se ouvyo cantar cantares vaãos. Se ouvyo palavras torpes ou mentiras ou palavras ouçiosas e vaãos dizer...”*<sup>84</sup>

No *Horto do Esposo* o homem é aconselhado a tapar os ouvidos, pois é através dele que se ouvem as coisas vãs e as mentiras e as falas dos louvaminheiros: “deue o home tenperar e afastar seu ouuydo dos cantares louçããos e da fala das molheres”<sup>85</sup> E destaca que as Escrituras aconselham a que os não surdos se façam surdos “Faze sebe aas tuas orelhas com espinhas e faze çarraduras aas tuas orelhas.”<sup>86</sup> É exaltado o surdo pois ele ouve com o ouvido da alma

*“querendo êtender ssy mesmos, çarrô as orelhas cõ as suas mããos, por tal que nõ seiã ãbargados pello soo[m] das palauras ou das vozes dos outros...”*<sup>87</sup>

Os avisos presentes no último trecho não são de estranhar e têm de ser articulados com o contexto de produção e/ou de cópia do *Horto do Esposo* no *scriptorium* de Alcobaça: lembremo-nos que as ordens monásticas, em particular as de obediência à Regra de São Bento, impunham o voto de silêncio (por isso se redigiram obras sobre como comunicar com os outros monges através de sinais feitos com os dedos e com as mãos, os *signa loquendi*). As próprias instalações monásticas contemplavam espaços destinados exclusivamente para as conversas entre monges, o parlatório. Assim, esta gárgula não só presentifica os pecados de orelhas e o comportamento a ter, como também se relaciona com a vida no interior do espaço conventual, de recusa das palavras inúteis e vãs, para não falar em tentadoras. D. Duarte também aludiu às vãs palavras e conversas, quando se refere ao perfil de um bom conselheiro, a partir de um livro de Aristóteles:

*“é que nom seja palavroso, nem havedor de arroidos nem riso, porque a temperança muito val em o homem.”*<sup>88</sup>

### Notas finais

A partir da documentação, cremos ter integrado a edificação do panteão duartino no desenvolvimento do estaleiro batalhino, quer do ponto de vista cronológico, quer da dinâmica religiosa e social do contexto em que a obra se desenrolou. Ficou estabelecida a dimensão simbólica e política que esteve na base de algumas das decisões, nomeadamente em relação à localização do panteão de D. Duarte e posteriormente, das tentativas de conclusão levadas a cabo pelo seu neto D. Manuel.

<sup>84</sup> PÉREZ, Martim - O Penitencial de Martim Pérez, p. 82

<sup>85</sup> Horto do Esposo, p. 152

<sup>86</sup> Horto do Esposo, p. 150

<sup>87</sup> Horto do Esposo, p. 150

<sup>88</sup> DUARTE. D - Leal Conselheiro, p. 203

Um dos aspectos mais importantes deste artigo partia da demonstração da ligação ente textos e gárgulas no contexto tardo-medieval português, em particular entre o *Leal Conselheiro* e as gárgulas do panteão de D. Duarte. Essa ligação resultava da existência de um tecido cultural comum à produção de textos e gárgulas, mas também se devia à circulação e permanência dos referidos textos e ao seu impacto nas mentalidades da época. D. Manuel usa D. Duarte para se legitimar do ponto de vista linhagístico, mas também para exaltar a memória do avô: a vocação catequética e moralizante do programa de gárgulas das Capelas Imperfeitas é disso prova e atesta a pertinência, mas também permanência, das preocupações de D. Duarte ao longo de todo o século XV e inícios da centúria seguinte.

### **Bibliografia:**

#### **Fontes**

DUARTE, D - *Leal Conselheiro*. Edição crítica, intr. e notas por Maria Helena Lopes de Castro. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998

*Horto do esposo*. Edição crítica de Irene Freire Antunes; colab. Margarida Santos Alpalhão, Paulo Alexandre Pereira, Joaquim Segura; estudos introd. Ana Paiva Morais, Paulo Alexandre Pereira; coord. Helder Godinho. Lisboa: Colibri, 2007

PÉREZ, Martim - *O Penitencial de Martim Pérez em Medieval-português*. Introdução, leitura e notas de Mário Martins. Lisboa: Separata da Lusitânia Sacra, 2, 1957

RUIZ, Juan - *Libro de buen amor*. Madrid: Edição Espasa – Calpe, 9ª edição, 1962

#### **Estudos**

AFONSO, Luís (Coord) - Quimeras, Gárgulas e Figuras Grotescas. *Contacto* nº 10, Outubro de 2002 [Consultado em Março 2003] Disponível em: [www.revista-temas.com/contacto/Newtiles/Contacto10html](http://www.revista-temas.com/contacto/Newtiles/Contacto10html)

ALHO, Ana Patrícia - *As gárgulas do Mosteiro de Santa Maria da Vitória. Função e Forma*. Batalha: Edição do Município da Batalha, 2010

BARREIRA, Catarina Fernandes e ABREU, Susana Matos - Influências Franciscanas no Programa Pedagógico quinhentista da Fonte da Manga (Coimbra, Portugal) in *Actas do III Congreso Internacional El Franciscanismo en la Península Ibérica. El viaje de San Francisco por la Península Ibérica y su legado*, Ediciones El Almendro, Córdoba, 2010

BARREIRA, Catarina - *Gárgulas: representações do feio e do grotesco no contexto português. Séculos XIII a XVI*. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas Artes, 2011 (Tese de Doutoramento em Ciências da Arte)

BARREIRA, Catarina - A relação entre gárgulas e textos no contexto tardo-medieval em Portugal: preocupações em torno do comportamento do corpo e os pecados in COSTA, Ricardo da (org.). *As relações entre História e Literatura no Mundo Antigo e Medieval. Mirabilia* nº 13 (2011/12 - Julho/Dez 2011). Revista Eletrônica da Antiguidade e Idade Média, ISSN 1676-5818 in <http://www.revistamirabilia.com/>

BARREIRA, João - *História de uma catedral*. Lisboa: Seara Nova, Coleção Cadernos da Seara Nova, 1937

BAUBETA, Patrícia Anne Odber de - *Igreja, pecado e sátira social na Idade Média portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1992

BENTON, Janetta Rebold. *Holy Terrors - Gargoyles on Medieval Building*, 1997

BRAGA, Maria Manuela - A Marginalia satírica nos cadeirais do Mosteiro de Sta. Cruz de Coimbra e da Sé do Funchal in *Medievalista*, Ano 1, nº 1, 2005 [Consultado em Abril 2006], Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA1/medievalista-marginalia.htm>

CAMILLE, Michael - *Images on the Edges : the Margins os Medieval Art*, 1992

CAMILLE, Michael - *The Gargoyles of Notre-Dame: Medievalism and the Monsters of Modernity*, 2009

CHICÓ, Mário Tavares - *A Arquitectura Gótica em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1981

CORREIA, Virgílio - *Monumentos de Portugal: Batalha II*. Porto: Litografia Nacional - Edições, 1931

COSTA, João Paulo Oliveira - *D. Manuel*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005

DIONÍSIO, João e NOGUEIRA, Bernardo de Sá - Sobre a datação do manuscrito P do *Leal Conselheiro*, de D. Duarte: a fórmula *que Deus perdoe* in *eHumanista* [Em linha]. Volume 8, 2007 [Consultado 09.09.2013]. Disponível em [http://www.ehumanista.ucsb.edu/volumes/volume\\_08/articles/6%20%20Dionisio%20and%20Sa%20Article.pdf](http://www.ehumanista.ucsb.edu/volumes/volume_08/articles/6%20%20Dionisio%20and%20Sa%20Article.pdf)

DUARTE, Luís Miguel - *D. Duarte*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005

ESTRELA, Jorge e MONTEIRO, Adriano Luís - *As capelas interrompidas in Tempos e História – Comemorações dos 500 anos do Concelho e da Vila da Batalha*. Leiria, Edições Magno

GOMES, Saúl António - *Vésperas Batalhinas. Estudos de História e de Arte*. Leiria: Edições Magno, 1997

GOMES, Saúl António - *Fontes Históricas e Artísticas do Mosteiro e da Vila da Batalha (sécs. XIV a XVII)*. Lisboa: Edição do IPPAR, 2002, 4 volumes

GOMES, Saúl - Les bâtisseurs du chantier gothique du monastère de Bataille (Portugal) XIV-XVI siècles, in MELO, Arnaldo Sousa e RIBEIRO, Maria do Carmo (Coord.) *História da Construção – Os construtores*. Braga : Edição Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2011

GUILLOUËT, Jean Marie - *Le portal de Santa Maria da Vitória et l'art européen de son temps*. Leiria : Textiverso, 2011

MELLINKOFF, Ruth - *Averting Demons. The protective power of medieval visual motifs and themes*. Los Angeles: Ruth Mellinkoff Publications, 2 vols. 2004

MORENO Humberto Baquero – *A Batalha de Alfarrobeira*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, Vol I e II, 1980

NASCIMENTO, Aires Augusto - *Ler contra o tempo. Condições dos textos na cultura portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos da Fac. Letras da Univ. de Lisboa, 2 volumes, 2013

PEREIRA, Paulo (Dir.) - *História da Arte Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995, vol. II

PEREIRA, Paulo - *Enigmas – Lugares mágicos de Portugal. Arquitecturas sagradas*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004

ROSA, Maria de Lurdes - *As Almas Herdeiras Fundação de Capelas Fúnebres e Afirmação da Alma como Sujeito de Direito (Portugal 1400-1521)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2012

SENOS, Nuno – João de Castilho e Miguel de Arruda no Mosteiro da Batalha In Murphy, *Revista de História e Teoria da Arquitectura e do Urbanismo*, volume 2, Universidade de Coimbra, Julho de 2007

SILVA, José Custódio Vieira da - *A Igreja de Nossa Senhora do Pópulo das Caldas da Rainha*. Caldas da Rainha, 1985

SILVA, José Custódio Vieira da - *O Tardo – Gótico em Portugal – a arquitectura no Alentejo*. Lisboa: Editora Livros Horizonte, 1989

SILVA, José Custódio e REDOL, Pedro - *Mosteiro da Batalha. Roteiro*. Londres: Instituto Português de Gestão do Património Arquitectónico e Scala Publishers, 2007

VENTURA, Margarida Garcez – As «Leis Jacobinas». Estudo e transcrição in *Medievalista* [Em linha]. Nº12, (Julho - Dezembro 2012). [Consultado 06.09.2013]. Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA12\ventura1203.html>.